

Comissão para conter abusos

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Além das que já foram definidas, a comissão interpartidária do Congresso que recolhe subsídios para a Constituinte vai criar mais uma subcomissão, para estudar medidas destinadas a evitar o abuso do poder econômico na campanha eleitoral do próximo ano. A subcomissão será instalada pelo deputado Manoel Costa (PMDB-MG), autor da emenda que amplia para um ano o prazo de desimcompatibilização dos ministros, governadores, secretários de Estado e dirigentes de empresas públicas.

O deputado mineiro justificou a subcomissão explicando que a aprovação de sua emenda não será suficiente para assegurar a liberdade e a independência da Constituinte. Sua proposta se destina apenas a garantir a igualdade na disputa entre os candidatos, impedindo que ocupantes de cargos do Executivo possam fazer uso deles e da máquina do governo em favor de suas candidaturas ou de seus prepostos.

Caso seja aprovada, como parece ser a tendência do Congresso, ainda assim o problema não estará solucionado, segundo entende Manoel Costa, que anunciou disposição de lutar pela adoção de medidas rigorosas que impeçam o abuso do poder econômico nas eleições de 86. A preocupação do parlamentar, já antiga, cresceu com a notícia de que um candidato à Constituinte deverá gastar cerca de Cr\$ 2 bilhões para eleger-se.

Ao comentar a questão, o ex-presidente da Câmara, Flávio Marcílio, também defendeu a adoção de medidas para evitar o abuso do poder econômico na campanha eleitoral. Pessoalmente, Marcílio considera difícil impedir a corrupção eleitoral e controlar o dinheiro que é gasto sem recibo em favor de alguns candidatos, mas acredita que certas providências poderão reduzir o problema. Entre elas, Flávio Marcílio propõe a fixação de um teto de gasto real para cada candidato, sujeito a fiscalização rigorosa por parte da Justiça Eleitoral. Para o ex-presidente da Câmara, esse tipo de providência, associado à lei Eletivo Lins e a outras já existentes, poderá coibir a prática durante a campanha, assegurando certa igualdade na disputa entre os candidatos.

FUNCIONALISMO

O funcionário público de qualquer escalão que for candidato a cargo eletivo deve desincompatibilizar-se antes de poder manipular o orçamento do órgão em que trabalhe, no ano eleitoral. Esta sugestão foi apresentada ontem pelo deputado paulista Roberto Cardoso Alves, para quem a medida evitaria que os candidatos, antes de deixarem seus cargos executivos, se beneficiem do orçamento. A melhor data para isso, segundo Cardoso Alves, é o último dia do ano anterior à realização das eleições — isto é, 31 de dezembro.

"O essencial é a intocabilidade do orçamento pelo agente público-candidato. Essa providência moralizadora estabeleceria normas rígidas de administração, que criaria igualdade de condições com os parlamentares que disputam a reeleição."

Hoje, o deputado Roberto Cardoso Alves vai apresentar oficialmente sua sugestão à liderança do PMDB na Câmara, como meio de se evitar impasse na votação da emenda constitucional que estabelece o prazo de um ano para que os detentores de cargos no Executivo se desincompatibilizem para disputar eleições. O deputado paulista assinalou que, no momento, existem muitas queixas contra funcionários do Executivo que pretendem disputar cargos eletivos e utilizam a máquina de suas repartições em benefício próprio. Com a intocabilidade do orçamento, esses fatos não mais se repetiriam.



Arquivo

Flávio Marcílio